

## LEGISLAB COMO MODELO PEDAGÓGICO INOVADOR PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM CASOS REAIS

**Fabiana de Menezes Soares**

Universidade Federal de Minas Gerais

**Juliana Fátima de Aquino Moreira**

Universidade Federal de Minas Gerais

**João Augusto Troleis Castilho**

Universidade Federal de Minas Gerais

**Samyra Cristielle Dias Leão Veloso**

Universidade Federal de Minas Gerais

**Lívia Vitória Amaral Mendes**

Universidade Federal de Minas Gerais

**Yandra Karolliny Santos de Carvalho**

Universidade Federal de Minas Gerais

**RESUMO.** O LegisLab configura-se como uma disciplina-laboratório voltada ao desenvolvimento de soluções legislativas e políticas públicas a partir da análise de casos concretos que evidenciam lacunas normativas e desafios contemporâneos. Implementado como atividade interdepartamental na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o projeto reúne estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos de Direito, Gestão Pública e Ciências do Estado em um ambiente colaborativo, orientado por metodologias ativas, com destaque para a aprendizagem baseada em problemas (*Problem-Based Learning* – PBL). A dinâmica metodológica compreende a seleção de casos georreferenciados, provenientes de demandas de extensão, pesquisas acadêmicas e temas da agenda pública, seguidos de escuta qualificada com atores sociais, pesquisa empírica, análise técnica, testagem de soluções e elaboração de produtos normativos. O projeto promove a integração entre teoria e prática, valorizando o uso de linguagem acessível, ciência de dados e a participação cidadã. Desde 2022, os produtos do LegisLab têm subsidiado parlamentares, técnicos legislativos e organizações da sociedade civil, contribuindo para o aprimoramento da legislação e qualificação do debate público. Consolidado como tecnologia educacional inovadora, o LegisLab representa uma contribuição significativa ao Campo de Públicas, ao fomentar a formação cidadã crítica, a produção de conhecimento aplicado, a promoção da justiça social e o fortalecimento das instituições democráticas.

**Palavras-chave:** Legislação. Políticas públicas. Metodologias ativas. Extensão universitária. Inovação educacional.

## 1 INTRODUÇÃO

A formação de estudantes capazes de atuar de forma crítica, reflexiva e propositiva diante dos desafios sociais contemporâneos demanda metodologias pedagógicas que articulem teoria e prática, promovam a interdisciplinaridade e estimulem o enfrentamento de problemas reais. É nesse contexto que se insere o LegisLab, uma disciplina-laboratório desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cuja proposta pedagógica associa ensino, pesquisa e extensão, por meio de uma abordagem baseada em problemas e orientada à construção coletiva de soluções legislativas e políticas públicas.

A iniciativa parte da constatação de que os cursos superiores nas áreas de Direito, Gestão Pública e Ciências do Estado carecem de práticas formativas que capacitem os estudantes não apenas para a interpretação normativa, mas também para sua formulação crítica e intervenção situada. Para tanto, o LegisLab adota como referência teórico-metodológica os pressupostos de Jean-Daniel Delley (2011), especialmente sua proposta de um procedimento metódico de interpretação e construção normativa, que valoriza a análise rigorosa de problemas, a escuta qualificada e o uso de evidências empíricas.

Nesse sentido, a experiência do LegisLab encontra plena aderência à Trilha Temática III – Modelos Pedagógicos, Trilhas de Aprendizagem e Metodologias, ao propor um percurso formativo inovador, acessível e colaborativo. Ao integrar práticas pedagógicas ativas, escuta interdisciplinar e produção de conhecimento aplicado, a disciplina contribui de maneira significativa para a qualificação do ensino superior e para a ampliação do papel da universidade na formulação de respostas a questões públicas complexas.

## 2 DINÂMICA PEDAGÓGICA E ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA NO LABORATÓRIO LEGISLAB

O LegisLab, ao articular ensino, pesquisa e extensão por meio da aprendizagem baseada em problemas (PBL) e de outras metodologias ativas, configura-se como uma proposta pedagógica inovadora e eficaz para a formação crítica, interdisciplinar e socialmente comprometida de estudantes universitários. Supera os limites do ensino tradicional ao colocar o estudante no centro do processo formativo e promover a interação com problemas reais e complexos da esfera pública.

A concepção pedagógica do LegisLab fundamenta-se na necessidade de reformulação dos paradigmas de ensino no campo jurídico e das políticas públicas, historicamente centrados na transmissão verticalizada de conteúdos e na pouca articulação com a realidade social. Nesse sentido, a proposta ancora-se em uma perspectiva formativa que compreende o conhecimento como construção coletiva e situada, fundamentando-se no modelo da aprendizagem baseada em problemas (PBL), associado a outras estratégias participativas, como a sala de aula invertida e o trabalho interdisciplinar em equipe.

O laboratório foi implementado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como uma disciplina interdepartamental, reunindo estudantes da graduação e da pós-graduação dos cursos de Direito, Gestão Pública e Ciências do Estado. A proposta foi concebida a partir da constatação de que a formação tradicional não tem proporcionado aos alunos ferramentas adequadas para compreender e intervir criticamente nos processos normativos e na formulação de políticas públicas, especialmente em um contexto democrático e complexo como o brasileiro.

A metodologia do LegisLab estrutura-se a partir de casos reais, organizados em uma casoteca georreferenciada e continuamente atualizada com base em demandas provenientes da extensão universitária, projetos de pesquisa, consultas legislativas e temas emergentes da agenda pública. Cada ciclo formativo se inicia com a análise exploratória do caso, seguida de escuta com atores sociais, pesquisa empírica e desenvolvimento de soluções normativas – como minutas legislativas, pareceres técnicos ou propostas de políticas – que são, ao final, apresentadas publicamente em espaços institucionais e participativos.

Conforme Stuart (2019, p. 2), essa organização pedagógica reflete os princípios das metodologias ativas, compreendidas como “estratégias que possibilitam a realização de atividades nas quais os alunos constroem conhecimento e compreensão”. Além disso, rompe com o modelo de avaliação tradicional, centrado em provas e atividades individuais, ao adotar um sistema de avaliação processual e colaborativa, baseado em produtos desenvolvidos coletivamente, sob acompanhamento docente contínuo.

O referencial teórico principal da experiência é a obra de Jean-Daniel Delley (2011), que propõe um procedimento metódico para a análise normativa, centrado na explicitação de valores em disputa e na consideração do contexto social como elemento constitutivo da

norma. Essa abordagem permite compreender o direito não apenas como técnica legislativa, mas como instrumento de mediação democrática e transformação social, em consonância com os princípios do Campo de Públicas, que enfatizam a interdisciplinaridade, a justiça social, a equidade e a sustentabilidade institucional.

Nesse sentido, o LegisLab transcende a dimensão instrumental da norma jurídica e posiciona o estudante como agente ativo de análise e proposição normativa. A aprendizagem, portanto, não se limita à compreensão técnica da legislação, mas envolve também o desenvolvimento da escuta qualificada, da argumentação crítica, da articulação política e da responsabilidade social. Como afirmam Rodrigues e Santos (2024), metodologias ativas, como a que estrutura o LegisLab, promovem uma aprendizagem baseada no ciclo ação-reflexão-ação, em que o aluno é o protagonista da evolução de seu conhecimento.

Adicionalmente, o uso da sala de aula invertida – modelo que antecipa conteúdos teóricos para estudo autônomo, reservando os encontros síncronos para o aprofundamento prático e reflexivo – amplia o engajamento dos discentes e favorece a aprendizagem entre pares. De acordo com Dayal (2025), a estratégia potencializa o pensamento crítico e a autonomia estudantil, pois o foco é deslocado da simples recepção para a produção ativa do conhecimento.

A produção coletiva e interdisciplinar dos ciclos do LegisLab tem gerado produtos normativos utilizados em ambientes institucionais e públicos, demonstrando a relevância prática e social da proposta. Esses resultados evidenciam o potencial da experiência para ampliar a presença da universidade na formulação de políticas públicas e no fortalecimento da atuação democrática do Estado. Os produtos são construídos com base em evidências empíricas e no diálogo com diferentes segmentos sociais, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo à meta nº 16, referente à promoção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas (ONU, 2015).

A adoção de metodologias ativas no LegisLab, como o *Problem-Based Learning* (PBL) e a sala de aula invertida, mostrou-se bem-sucedida ao superar os desafios inerentes a tais práticas. Esse êxito deve-se a um planejamento pedagógico cuidadoso, à formação contínua dos docentes e ao apoio institucional. O projeto também se beneficiou de investimentos em ambientes de aprendizagem colaborativos, como a Sala Mietta Santiago, e do acompanhamento constante por parte das equipes de professores e mentores.

Em síntese, o LegisLab representa uma ruptura com os modelos pedagógicos tradicionais ao promover uma trilha formativa baseada na resolução de problemas reais, no protagonismo estudantil e na construção coletiva do conhecimento. A experiência consolida-se como uma inovação educacional com elevado potencial de replicabilidade, demonstrando que a integração entre teoria e prática, mediada por metodologias ativas e por um compromisso social, pode transformar a sala de aula em um espaço de produção crítica e aplicada do saber.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do LegisLab demonstra como a adoção de metodologias ativas de ensino, aliada à integração entre teoria e prática, pode constituir uma resposta efetiva aos desafios enfrentados pela formação superior nas áreas de Direito, Gestão Pública e Ciências do Estado. Fundamentado em estratégias como a aprendizagem baseada em problemas (PBL) e a sala de aula invertida, o projeto rompe com modelos pedagógicos tradicionais ao reposicionar o estudante como protagonista do processo formativo e ao incorporar problemas reais e complexos como eixo articulador da aprendizagem.

A proposta pedagógica do LegisLab parte de uma crítica ao ensino centrado na transmissão vertical de conteúdos e avança na direção de uma educação situada, colaborativa e orientada por valores democráticos. O uso de casos reais, a escuta qualificada com atores sociais e a produção de soluções normativas fundamentadas em evidências consolidam uma abordagem que articula ensino, pesquisa e extensão de forma inovadora e socialmente relevante.

O êxito da experiência, no entanto, não se deve apenas ao modelo adotado, mas à forma como sua implementação foi conduzida. O planejamento pedagógico intencional, a formação continuada dos docentes, o apoio institucional e a criação de ambientes adequados – como a Sala Mietta Santiago – foram fatores decisivos para o enfrentamento dos desafios inerentes ao uso de metodologias ativas, como a necessidade de autonomia discente, a exigência de acompanhamento contínuo e a complexidade na mediação dos processos de aprendizagem.

Ao promover a interdisciplinaridade, a corresponsabilidade e o diálogo entre universidade e sociedade, o LegisLab reafirma a importância de práticas pedagógicas

comprometidas com a transformação social e a qualificação da atuação institucional. Sua vinculação aos princípios do Campo de Públicas e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reforça o potencial de replicabilidade da experiência em outras instituições e contextos formativos.

Assim, o LegisLab consolida-se como uma tecnologia educacional inovadora, capaz de formar sujeitos críticos e engajados com a construção de políticas públicas e legislações mais justas, eficazes e inclusivas. Ao transformar a sala de aula em um espaço de produção coletiva do saber, o projeto contribui para reconfigurar o papel da universidade na sociedade contemporânea e para fortalecer a democracia por meio da educação

## REFERÊNCIAS

DELLEY, Jean-Daniel. **Pensar a lei: introdução a um procedimento metódico**. Tradução de Sylvia Debossan Moretzsohn. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

DAYAL, Shiv. Innovative Approaches in Modern Education: Bridging Theory and Practice. **International Journal of Scientific Research in Engineering and Management**, [S. l.], v. 13, n. 4, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55041/ijrem46731>. Acesso em: 5 ago. 2025.

RODRIGUES, Raiderson Moreira; DOS SANTOS, Nora Ney de Lima. ACTIVE METHODOLOGIES: ACTIVE METHODOLOGIES AS A PEDAGOGICAL TOOL. **Revista Gênero e Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 01, p. 395-412, 2024.

STUDART, Nelson. Inovando a ensinagem de física com metodologias Ativas. **Revista do Professor de Física**, v. 3, n. 3, p. 1-24, Brasília, 2019. In: Instituto de Física - Universidade de Brasília. Universidade Federal do ABC, Santo André, SP e Universidade Federal de São Carlos, SP.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

## Sobre os autores

### Fabiana de Menezes Soares

Doutora e Mestra em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Titular da Faculdade de Direito da UFMG.

E-mail: [fabimz@icloud.com](mailto:fabimz@icloud.com)

### Juliana Fátima de Aquino Moreira

Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: [julianafam.adv@gmail.com](mailto:julianafam.adv@gmail.com)

### João Augusto Troleis Castilho

Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: [joaoaugusto.tr@gmail.com](mailto:joaoaugusto.tr@gmail.com)

### Samyra Cristielle Dias Leão Veloso

Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: [samyraleao@yahoo.com.br](mailto:samyraleao@yahoo.com.br)

### Lívia Vitória Amaral Mendes

Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

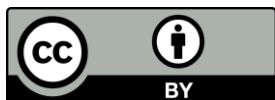
E-mail: [liviamendes417@gmail.com](mailto:liviamendes417@gmail.com)

### Yandra Karolliny Santos de Carvalho

Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: [yandracarvalho@dir.dout.ufmg.br](mailto:yandracarvalho@dir.dout.ufmg.br)

## Licença de acesso livre



A ESUD | CIESUD | SIGATEC utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.